

TRADUÇÃO E HISTÓRIA: APONTAMENTOS SOBRE SEMELHANÇAS

JAIRO PARANHOS DA SILVA¹; LISIANE SIAS MANKE²

¹Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e discente do Programa de Pós-graduação em História (doutorado) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - jairo.silva@uemg.br

² Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - lisianemanke@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A proposta desse ensaio é discutir algumas semelhanças em termos de desafios teóricos e metodológicos entre a teoria da Tradução e a teoria da História. A ideia desse texto é compartilhar essas percepções sobre o *fazer* em termos de pesquisa nos campos do conhecimento da tradução e da pesquisa historiográfica. No doutorado estou desenvolvendo uma pesquisa sobre um artista francês chamado François-Auguste Biard, que esteve no Brasil entre os anos de 1858 e 1860. Nesse período passou por regiões como Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Amazonas, publicando um relato de viagens em sua língua nativa sobre seus percursos.

2. METODOLOGIA

No presente tentamos evidenciar alguns semelhanças entre as dificuldades de traduzir uma outra linguagem e o trabalho do historiador, com as sociedades, homens e passado. Para isso, destaco a relação de alguns desses desafios e tento apresentá-los no diálogo com a História e com alguns autores que problematizaram aspectos da teoria da Tradução. O esforço foi de demonstrar especificidades teóricas da Tradução e da História e em seguida discutir sobre *objetividade – transparência* nos desafios de tradutores e historiadores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos estudos sobre tradução predominou por algum tempo certa expressão sobre o processo que se consagrou como “jeito certo” de se referir ao trabalho do tradutor. A tradução seria o processo de tornar um texto inteligível numa transição do idioma de partida (aquele no qual o texto foi escrito) para um idioma de chegada (aquele

para o qual o texto deve ser traduzido). Alguns autores poderiam escrever que se tratava de traduzir um texto, outros poderiam se referir a tradução de uma linguagem ou por fim tradução de idioma. Se o conceito pode variar - texto, linguagem ou idioma – a metáfora *partir/chegar* pareceu insubstituível.

Se por um lado a explicação para a tradução revela um movimento *chegar – partir*, e reforça o caráter dinâmico da tradução, por outro, constitui certa naturalização de um trabalho que pouco tem de hermético e “neutro”. Em outras palavras, traduzir não é uma simples travessia, fluxo contínuo, alhures, um esforço recorrente de comunicar com certa fidelidade, em sistemas linguísticos e culturais completamente distintos.

Outro ponto é que ao falar de partida, reforça-se uma ideia de um texto original, de uma língua que emana certo tipo de informação. Quando se projeta essa relação para os idiomas mais traduzidos no Brasil (inglês, francês e espanhol) correu-se o risco de cair em novas práticas coloniais de exaltação, mesmo que involuntária desses idiomas e da ideia de que o saber parte desses espaços ou dessas línguas.

Além disso, *chegada* transmite a ideia de ápice ou ponto final, que de algum modo tenciona com a concepção de movimento da tradução, conferindo um sentido teleológico. Essa discussão é feita de modo mais amplo por OUSTINOFF (2011) no capítulo intitulado *Teorias da Tradução* onde o autor aborda esse desafio imposto pela tradição de teorizar o processo de traduzir a partir dos conceitos *partida* e *chegada* bem como as implicações linguísticas envolvidas no entendimento da tradução.

Parte dessas ideias de naturalidade e hierarquia presentes na *partida/chegada* que envolve as linguagem a serem traduzidas, se estabelecem na relação entre o historiador e o passado. Pode-se dizer que a dinâmica da chegada e partida está presente no ofício do historiador e no modo como ele constrói a pesquisa. O pesquisador em História *parte* do presente *em direção* ao passado. Suas tensões com a realidade que vê direcionam seu olhar ao passado, todavia é possível chegar ao passado?

A constituição de cientificidade e de poder de ambos os campos (Tradução e História) está na promessa de chegar à algum lugar (a um idioma ou ao passado) mesmo que seja possível duvidar dessa possibilidade. Assim como na teoria da Tradução, os saberes do século XIX sobre a História (historicismo alemão) e o metodismo francês baseavam o saber histórico na possibilidade de acessar, via fontes históricas

ao passado. Isso porque a História seria uma espécie de conhecimento verdadeiro sobre o passado, e o único caminho que possibilitaria o acesso a essas informações.

Cito aqui BURKE (2011) que ao analisar essas tradições, historicismo e meto-
dismo anteriores a *Escola dos Annales*, discutiu como esses sistemas de pensamento
estiveram a serviço da consolidação dos nacionalismos europeus do século XIX e que
para esse fim, reforçaram o sentido de acesso ao passado via fonte histórica - “neutra”
como um idioma de partida - e do papel da historiador nesse fim, revelando um pas-
sado que serviria como amparo aos projetos políticos de tais grupos.

Desse modo falar de *chegadas* e *partidas*, na Tradução e na historiografia era
falar sobre hierarquia de poder, e de como a linguagem, a serviço desse hierarquia,
corroboraria um discurso político alinhado com os interesses de setores dominantes
na sociedade.

Traduzir seria transmitir, em alguns casos *ipis litteri* sentido e forma do texto a
partir do qual se traduz? O tradutor seria um mero instrumento para que o leitor acesse
tal informação ou saber? Ainda sobre essa questão, numa flagrante crítica a essa
perspectiva imprecisa sobre o trabalho RODRIGUES (2000), em diálogo com uma
alegoria de Derrida (mito de Babel), discute sobre o tradutor e seu trabalho de inter-
venção,

Refletir sobre o mito de Babel e a impossibilidade de transparência significa
refletir sobre a tradução. Tradicionalmente concebe-se a tradução como a
transmissão do mesmo sentido ou da mesma forma de um original em uma
outra língua. Espera-se que uma tradução reproduza os valores do original
em uma troca com equilíbrio, ou seja, que traga em uma segunda língua,
equivalentes em sentido ou em formados presentes em uma primeira língua.
(RODRIGUES, 2000, p. 91)

Ao invés de referendar uma pseudo transparência do tradutor em seu trabalho, a au-
tora destaca o equilíbrio e uma *equivalência de sentido* na dinâmica entre a língua
que se traduz e a língua que recebe a versão do tradutor acerca do texto.

Essa constatação permite compreender o dinamismo da tradução, e ao mesmo
tempo o papel importante desempenhado pelo tradutor no processo. Aquilo que a au-
tora chama de *equivalência de sentido* seria produzida a partir de um repertório cultu-
ral do tradutor sobre o idioma “estrangeiro” e a língua para qual traduz. RODRIGUES
(2000) reforça essa perspectiva ao exemplificar a questão sobre o “azar” associado
ao um número e a certo dia do ano em diversas culturas. Para os países anglófonos
seria uma sexta-feira 13, o tal dia catalizador de negatividades. Em outras regiões do
mundo poderia ser quinta ou terça e um outro numeral para o dia que não o 13, a
associação aos maus presságios.

Nesse ponto a equivalência de sentido será uma competência necessária para que seja possível traduzir algo como sexta-feira 13. Caberia saber o contexto no qual a expressão estaria escrita, para apresentar o contexto cultural da qual ela emerge ou para “transformá-la” para um equivalente cultural local. Outro trecho do texto da autora alude tais desafios

A tradução pratica a diferença entre valores, crenças e representações sociais, assim como funciona como agente de domínio. Conceber a tradução como equivalência é um meio de mascarar essa face perturbadora do processo. Entretanto, mesmo os teóricos que têm como objetivo sistematizar a equivalência não conseguem ocultar a relação de forças que a tradução desencadeia.” (RODRIGUES, 2000, p. 92)

A autora apresenta um outro desafio do processo que é a relação de forças presente nas escolhas do tradutor, diante de tais desafios. Talvez aqui evidencie-se a proximidade do trabalho de historiadores e tradutores pois a escrita da história também se dá, de modo direto pelas escolhas e equivalências feitas pelos historiadores. Logo não há transparência nem objetividade, o trabalho é produto das escolhas e das referências de quem pesquisa e/ou traduz, e essas escolhas – para o bem ou mal – reforçam ou criticam estruturas de poder presentes na cultura.

4. CONCLUSÃO

Nesse pequeno ensaio tentamos demonstrar algumas das dificuldades em comum, do ponto de vista teórico-metodológico das pesquisas de tradutores e historiadores. Certamente esses não são os únicos desafios em comum a ambos, mas essas questões relembram o desafio desses importantes trabalhos que operam num fluxo dinâmico com o tempo, cultura e com a língua.

Além da semelhança nos desafios, ambos profissionais parecem desenvolver as mesmas estratégias para resolver tais complicadores, mesmo que nomeiem as operações com conceitos diferentes. Diante da responsabilidade que paira sobre seus ofícios é mister que tais pesquisadores se mantenham sempre atentos.

5. REFERÊNCIAS

- BURKE, P. **A escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia.** São Paulo: editora Unesp, 2011.
- OUSTINOFF, M. **Tradução: história, teorias e métodos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- RODRIGUES, C. C. Tradução: A questão da equivalência. **Tradução, desconstrução e pós-modernidade.** Alfa, São Paulo, v. 44 p. 89-98, 2000.